
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Pará
Belém-Pará- Brasil



Revista Cocar. V.14 N.29 Maio/Ago./ 2020 p.310-327

ISSN: 2237-0315

Consensos, variações e ancoragens nas representações sociais de trabalho docente na Educação Superior

Consensuses, variations and anchors in the social representations of teaching work in Higher Education

Mônica Patrícia da Silva Sales
Universidade Federal de Alagoas- UFAL
Maceió-Alagoas-Brasil
Laêda Bezerra Machado
Universidade Federal de Pernambuco-UFPE
Recife-Pernambuco-Brasil

Resumo

O artigo procura identificar consensos, variações e ancoragens das representações sociais de trabalho docente, construídas por professores da Educação Superior de instituições públicas e privadas. A abordagem societal das representações foi o referencial de base da investigação. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa para a qual utilizamos o questionário, que foi respondido por 56 professores de cursos de licenciaturas. Utilizamos a técnica de análise de conteúdo para análise do material coletado. Os resultados indicaram que é consensual a compreensão do trabalho docente como uma atividade socialmente relevante. Entretanto, há variações nos sentidos atribuídos à profissão e desafios enfrentados nas instituições superiores. O ensino como tarefa formativa é o elemento em que se ancoram as representações sociais trabalho docente do grupo investigado.

Palavras-chave: Educação. Trabalho docente. Representações Sociais.

Abstract

The article seeks to identify consensus, variations and anchors of social representations of teaching work, built by teachers of Higher Education from public and private institutions. The societal approach of the representations was the basic reference of the investigation. This is a qualitative research for which we used the questionnaire, which was answered by 56 teachers of undergraduate courses. We use the content analysis technique to analyze the collected material. The results indicated that the understanding of teaching work as a socially relevant activity is consensual. However, there are variations in the meanings attributed to the profession and challenges faced in higher institutions. Teaching as a formative task is the element in which the social representations teaching work of the investigated group is anchored.

Keywords: Education. Teaching work. Social Representations.

Introdução

A Educação Superior e o exercício docente nesse nível de ensino situam-se entre as preocupações atuais do campo educacional, tendo em vista as mudanças ocorridas no cenário da educação brasileira, implicando em uma nova frente de pesquisas que busca compreender as alterações ocorridas e seus significados para a própria docência.

Conforme Zabalza (2004) e Masetto (1998) as mudanças no cenário da Educação Superior ocasionaram, também, importantes transformações na docência e suas funções incidindo em um debate que aponta para a necessidade de superação da tradicional função do docente, como transmissor de conhecimentos, para uma nova função, ou seja, a de mediador da aprendizagem de seus alunos.

Essas modificações no campo da Educação Superior implicam diretamente em sua atividade de trabalho, o que nos provoca interesses em desvelar este cenário a partir de seus protagonistas, pois é nas mãos dos professores que as políticas educacionais se corporificam. Estudar a atividade de trabalho através da escuta dos trabalhadores poderá contribuir para uma tomada de consciência crítica, resgatando seus modos de pensar, sentir e agir. Respaldamo-nos em Grisci e Lazzaroto (2009, p. 233) quando afirmam que:

A ordem social que se globaliza e se complexifica vem dinamizando representações sociais do trabalho, diferenciações nos modos de organizá-lo, e complexificações produtivas que acarretam distinções no mundo do trabalho e dos(as) próprios(as) trabalhadores(as), sobre os quais (contexto e sujeito) a psicologia não pode se furtar de lançar o olhar. Atenta à interdisciplinaridade, em função da complexidade de objetos, a psicologia deve buscar novas fontes e novos referenciais.

É possível afirmar que a nova ordem do trabalho traz implicações diretas ao trabalhador nas mais diversas dimensões que compõem a vida, merecendo, portanto, um olhar e uma escuta atenta, sob uma perspectiva interdisciplinar, de diálogos teóricos que possibilitem a superação de análises simplistas sobre a atividade de trabalho. É preciso transpor a análise do trabalho compreendido como produtor de mercadorias e objeto de controle, para compreender a natureza das relações de trabalho, suas contradições, sentidos e consequências no mundo atual. Entendemos que o trabalho docente é uma atividade dinâmica e que as tarefas confiadas a seus profissionais são passíveis de interpretações, jeitos de pensar e fazer diversos, múltiplos, contextuais e historicamente situados.

Conforme Tardif e Lessard (2009, p. 28) “[...] a temática da profissionalização do ensino não pode estar dissociada da problemática do trabalho docente e dos modelos que regem a organização”. Para esses autores, as transformações atuais que caracterizam o mundo do trabalho constituem um momento intelectual propício para refletir de maneira crítica sobre os modelos teóricos do trabalho que têm servido de referência à análise da docência.

Apoiados em Duarte (2010) compreendemos o trabalho docente como o processo que envolve o ensino e a aprendizagem, uma prática social e interativa que ultrapassa os limites da sala de aula.

Abordagem Societal das Representações Sociais

A abordagem Societal proposta por Willem Doise, adotada como referencial teórico e metodológico do estudo que deu origem a este artigo, situa-se no quadro dos desdobramentos teóricos da Teoria das Representações Sociais proposta originalmente por Serge Moscovici, em 1961. Fundamentada na Psicologia Social, a Abordagem Societal tem como objetivo principal articular explicações de ordem individual e social, mostrando como os indivíduos dispõem de processos que lhes permitem viver em sociedade e, de uma maneira complementar, como as dinâmicas sociais, particularmente interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais, orientam o funcionamento desses processos (DOISE, 2002).

Doise (2002 p. 30) define “[...] as representações sociais como princípios organizadores das relações simbólicas entre indivíduos e grupos, que influenciam as tomadas de posição, ligados às inserções sociais específicas que interferem nas relações sociais.” O autor considera a atividade do sujeito, tomado como indivíduo ou grupo na elaboração de representações sociais; admitindo que, as representações são elaboradas e/ou construídas processualmente e que elas são sempre representação de um sujeito ou grupo sobre um objeto e não produto ou reprodução desse objeto.

A representação funciona como um sistema de classificação e de denotação e, a lógica desse sistema não permite neutralidade, logo, cada objeto ou ser possui um valor positivo ou negativo, assumindo um determinado lugar na hierarquia de valores dos sujeitos. Assim, na construção de representações fazemos julgamento de valor que estão baseados em nossas referências pessoais e grupais. Esse julgamento é fundante para o

Consensos, variações e ancoragens nas representações sociais de trabalho docente na Educação Superior

processo de ancoragem. É por meio dele que tornamos o novo em algo familiar. Mediante o processo de familiarização, ocorre a objetivação, ou seja, o objeto ou fenômeno representado torna-se concreto, ganha materialidade, torna-se imagem. As representações sociais podem revelar como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável, previsível, a partir da diversidade de indivíduos, atitudes e fenômenos.

No que se refere aos grupos, Doise e Moscovici (1991) afirmam que as opiniões e as previsões estão sujeitas a sistemáticas tomadas de partido e que estas são consequências da pertença das pessoas ao grupo. O que equivale a afirmar que o grupo possui sua própria estrutura, seus próprios objetivos, suas próprias relações sociais. E que estas influenciam o modo como os indivíduos pensam e agem.

Conforme Willem Doise há uma partilha de crenças comuns, entre os diferentes membros de um grupo, acerca de um dado objeto social. É preciso entender e explicar porque os indivíduos se diferenciam entre si nas relações que mantêm com os objetos de representação; é preciso identificar as ancoragens sociais que explicam as tomadas de posição que caracterizam as representações. Ou seja, o foco das pesquisas desenvolvidas por Doise contempla as análises sobre o entendimento comum, a organização das tomadas de posição individuais e as ancoragens das diferenças individuais.

Metodologia

A pesquisa que deu origem a este artigo é de natureza qualitativa e foi desenvolvida em duas etapas. No âmbito deste artigo apresentamos resultados da primeira que teve como objetivo identificar consensos, variações e ancoragens das representações sociais de trabalho docente, construídas por professores da Educação Superior.

A investigação foi desenvolvida com 56 professores, vinculados a instituições públicas e privadas, situadas na região Agreste de Pernambuco. O grupo é composto por professores do gênero feminino (53,6%) e masculino (46,4%), com idade entre 30 a 45 anos (55%). São predominantemente Mestres (44,6%) ou Doutores (35,7%), com tempo de serviço no magistério superior bastante diversificado, em início, meio e fim de carreira. Os profissionais atuam em cursos de graduação (58,9%) e pós-graduação (41,1%) e possuem regime de trabalho de dedicação exclusiva (53,6%) em sua maioria.

Como procedimento utilizamos um questionário com perguntas fechadas ou abertas a fim de identificar os elementos consensuais e variações das representações sociais de trabalho docente desse grupo profissional. Para análise das respostas utilizamos a técnica

de análise de conteúdo por Bardin (2010) considerando a frequência dessas respostas e categorização temática.

Resultados e Discussão

O estudo evidenciou que os professores têm clareza quanto das tarefas e atribuições profissionais a serem desenvolvidas, ou seja, aquilo que está prescrito. Dentre as atividades desenvolvidas estão: o ensino, função primeira do exercício profissional no magistério; a pesquisa, a extensão e a gestão. A docência ampliada aparece predominantemente na fala dos professores de instituições públicas, sendo o ensino mais evidenciado nas instituições privadas. Entretanto, a indissociabilidade prevista na Constituição Federal de 1988, no art. 207 e na LDB 9394/96, mesmo considerada adequada por mais de 50% do grupo pesquisado, nem sempre é viável devido às condições de trabalho, segundo afirmam os docentes. Os outros quase 50%, majoritariamente professores de universidades públicas, consideram as condições de trabalho na Educação Superior inadequadas.

Questionados sobre o nível de satisfação em relação ao seu trabalho e profissão, ficou demonstrado que os professores sentem-se plenamente e/ou parcialmente satisfeitos, não há registros de insatisfação. Essa satisfação só se torna parcial quando indagamos sobre o alcance das metas e objetivos profissionais. Lembramos que quando convidamos o professor a avaliar seu trabalho, estamos colocando-o em situação de análise e reflexão. Nesse processo, eles buscam referências nas experiências vividas no espaço institucional, que por sua vez, estão circunscritas à realidade cotidiana do trabalho.

Sobre a realidade do trabalho, Batista e Codo (2006, p. 78) afirmam que:

É num espaço definido pelos múltiplos aspectos que configuram a “realidade do trabalho”, que o educador terá que pôr à prova seu saber, e, fundamentalmente, seu saber-fazer; o que se reconhece socialmente como sua competência profissional. Ora, é na gestão dessa “realidade de trabalho” que o professor terá que responder à exigência social de ser um bom professor e à auto-exigência da competência profissional.

A realidade do trabalho coloca à prova o saber e o saber-fazer docente, qualificando o trabalho positiva ou negativamente e garantindo ou não seu reconhecimento social. Há, portanto, uma exigência pessoal pela competência profissional e uma exigência social pelo autopadrão de qualidade, reconhecido pelos pares e pelos órgãos de fiscalização, controle e fomento. Conforme Doise e Moscovici (1991) são as expectativas e a necessidade de

Consensos, variações e ancoragens nas representações sociais de trabalho docente na Educação Superior

reconhecimento que mobilizam a participação e o esforço para tomar parte de modo significativo nas diversas tarefas prosseguidas em comum.

No que se refere ao modo como os professores se sentem ao serem avaliados por outros. O resultado mostrou que 91,9% dos professores consideram ótimo ou bom o modo como são avaliados. Atestam que, na maior parte das vezes, a avaliação que fazem do seu trabalho é adequada e/ou coerente com o que pensam sobre o seu próprio trabalho. Deste modo, há uma satisfação plena ou parcial com o modo como julgam seu desempenho profissional.

Para melhor compreender a categoria trabalho, perguntamos aos professores como eles definem o trabalho docente na Educação Superior. Após leitura exaustiva das respostas, organizamos três categorias predominantes, a saber: a) Adjetivações do trabalho docente; b) Trabalho socialmente relevante; c) Ação complexa e articulada.

Na primeira categoria, adjetivações do trabalho docente, encontramos diferentes adjetivos que revelam ambiguidades e contradições. Se por um lado o trabalho é definido como desafiador, instigante, prazeroso, motivante, gratificante e enriquecedor. Por outro lado, apresenta-se como cansativo, desorganizado, complexo, intenso, estressante, sacrificado, fragilizado, dificultoso, exaustivo. Eis o que alguns respondem: “Desafiador e instigante”. (IES PARTICULAR) “Prazeroso, desafiador, motivante”. (IES PARTICULAR)

É interessante observar que estes adjetivos utilizados para definir o trabalho docente partiram exclusivamente dos professores que atuam em instituições privadas. Pressupomos que o *status* de docente de Educação Superior em relação a atuação em outros níveis de ensino pode explicar o otimismo com que encaram o trabalho que desenvolvem nas IES privadas. Por outro lado, os demais adjetivos partiram prioritariamente dos professores que atuam em instituições públicas. Vejamos a resposta de um participante:

Como um desafio. Não só na Educação Superior, mas tendo em vista a situação atual, em todos os níveis e etapas. Desvalorização social dos docentes, salários incompatíveis com as várias atividades exigidas, precariedade de estrutura física, alunos desinteressados e desmotivados, poucos concursos para professores efetivos em instituições públicas do Estado. (IES PÚBLICA)

Como sugere a resposta acima, há um desabafo sobre a desvalorização social da profissão, o que tem motivado greves prolongadas que interferem no calendário acadêmico das universidades públicas e dificultam os serviços prestados à comunidade. Em outra fala,

vimos que a expressão “desafiador” com dupla significação, a dinamicidade da docência e o acúmulo de atividades que desafiam o uso do tempo.

Em se tratando do docente que atua na graduação e na pós-graduação, trata-se de um trabalho que exige do professor muito tempo de dedicação. São horas a fio estudando, ministrando aulas, lendo textos de alunos e orientandos, pesquisando, escrevendo. Muitas vezes as horas do dia não são suficientes para tantas atividades... Em suma, trata-se de um trabalho que é muito desafiador, mas extremamente exaustivo. Às vezes me sinto numa roda gigante, que gira sem pausa. Às vezes trabalho até nas férias. (IES PÚBLICA)

O acúmulo de atividades faz com que o docente sintam-se exausto, tendo que trabalhar inclusive nas férias. Para Batista e Codo (2006, p. 84), “[...] o trabalho, enquanto atividade, tem sentido quando o processo de objetivação da minha subjetividade no objeto de trabalho tem um sentido positivo. Ou seja, caricaturizando, quando meu investimento tem retorno.” No momento em que o professor não consegue visualizar o retorno do seu trabalho porque o tempo de que dispõe é insuficiente e porque esse trabalho não cessa, sentindo-se em uma “roda gigante, que gira sem pausa” abre-se um espaço para o sofrimento psíquico do trabalhador. Assim a falta de controle sobre o ritmo e as demandas de trabalho, a rotina, a carga mental e o pouco reconhecimento do produto final são problemas que acometem o trabalho dos professores e sua saúde física e mental.

Conforme as respostas do questionário foram os professores com formação em bacharelado, com dedicação exclusiva e vinculados a universidades públicas os que mais destacaram as dificuldades e frustrações do trabalho. Pressupomos que o quadro de insatisfação e frustração desses docentes esteja ligado a sua identidade profissional e ao fato de não terem escolhido a docência. Outro dado relevante foi que são majoritariamente as mulheres as mais afetadas pelo cansaço e o desgaste com o trabalho, isto talvez devido a dupla e muitas vezes tripla jornada assumida por elas no país, no qual a cultura machista impede a parceria e a divisão de tarefas e responsabilidades.

Cansativo, desorganizado, pouco tempo para produção bibliográfica. (IES PÚBLICA)

Atualmente, sobrecarregado por tantas atividades burocráticas em que o professor tem que dar conta. Cada vez mais economizam nos técnicos e empurram estes serviços para o docente realizar. Para dar conta da indissociabilidade é preciso "se virar nos 30" e trabalhar bastante. (IES PÚBLICA)

Os professores ao definir o trabalho docente como cansativo, desorganizado, sacrificado e fragilizado, evidenciam o contexto atual do qual fazem parte e as condições inadequadas de trabalho às quais estão submetidos. De acordo com Soratto e Olivier-Heckler (2006, p. 98), “[...] diferente de muitas profissões, o trabalho de educador reveste-se de peculiaridades que não são levadas em conta, não apenas pela necessidade do estudo continuado, mas também pelas exigências da própria realização das tarefas.” As autoras consideram que o trabalho do professor continua para além da sala de aula, no planejamento do trabalho, na elaboração de provas, trabalhos e exercícios, na correção dos mesmos e na necessidade constante de aperfeiçoamento de suas práticas através da formação continuada.

Na análise desta categoria ficou evidenciado que as pertencas grupais estão claramente definidas, de um lado os professores de instituições privadas se sentem desafiados, estimulados e motivados, do outro lado, os professores das instituições públicas que destacam os desafios, as precárias condições e o acúmulo de trabalho.

Deste modo, percebemos que os processos intergrupais estão presentes, revelando as diferentes posições ocupadas pelos professores nas relações sociais e contextuais de pertença, responsáveis pela modulação dos processos intraindividuais e interindividuais dos grupos como nos explica a Abordagem Societal das representações sociais. Fica evidente o papel que o grupo possui sobre o sujeito, não só no nível individual, mas também no nível societal.

Conforme Torres e Camino (2013, p. 531) “[...] as atitudes e condutas de um grupo em relação ao outro, traduzem a situação objetiva de possíveis interesses em conflito entre os dois grupos”. Acrescentaríamos que as pertencas grupais traduzem as situações objetivas da atividade de trabalho e das condições para sua realização, que acabam por evidenciar as diferenças intergrupais. Essas adjetivações ao trabalho docente carregam consigo as marcas dos grupos no modo como pensam, significam e representam o trabalho docente.

Na segunda categoria, trabalho formativo e socialmente relevante, os professores destacaram a responsabilidade social do exercício docente para a sociedade. As respostas dos dois grupos de professores consideram o trabalho docente de extrema relevância e responsabilidade. Um trabalho que demanda qualidade, competência técnica, compromisso político com a formação de cidadãos e transformação da sociedade.

Um trabalho de altíssima responsabilidade e que deve contar com a competência técnica e o compromisso político dos professores e gestores

porque tem como função social a formação cidadã e profissional dos estudantes, a produção e a transmissão do conhecimento e suas possibilidades de inserção e transformação social. (IES PÚBLICA)

O poder transformador do conhecimento é algo consensual através do qual se acredita que a educação é capaz de modificar uma sociedade fazendo-a progredir. No entanto, não podemos assumir uma visão romântica da educação como a única ferramenta que possibilita transformação social e tampouco os docentes como os únicos agentes capazes de realizar tal feito. Poderíamos dizer, de acordo com Freire (2000, p. 31) que “[...] se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Precisamos reconhecer a educação com esse potencial transformador, capaz de superar os problemas de desigualdades sociais.

Nas respostas, a seguir, é possível identificar a função formativa da Educação Superior que, de modo articulado deverá oferecer situações de ensino, pesquisa e extensão para que o estudante universitário possa desenvolver autonomia e disciplina intelectual, senso crítico e responsabilidade social.

O trabalho docente na Educação Superior ultrapassa a construção de conhecimento científico, pois também visa contribuir na formação de profissionais éticos e responsáveis com a sociedade onde atuam. Além da responsabilidade com conteúdos curriculares, o trabalho docente requer também, formar estudantes com autonomia intelectual e senso crítico aliado à disciplina e busca constante pelo conhecimento através do exercício da pesquisa. (IES PARTICULAR).

Os alunos são carentes em todos os aspectos. O que deveria estar acontecendo na Universidade é quase sempre adiado, pois os alunos não têm alcançado o nível exigido numa universidade. (IES PARTICULAR).

Os trechos acima enfatizam o papel docente na formação dos estudantes, a responsabilidade, o compromisso e a competência profissional para planejar e gerir os processos de ensino e de aprendizagem. A preocupação com o nível dos estudantes também está presente nas respostas dos professores. De acordo com o professor, os estudantes não têm alcançado o nível exigido numa universidade o que nos alerta para a qualidade da Educação Básica do país.

Nesta categoria não visualizamos grandes diferenças intragrupo. A maioria dos professores, independente de seu contexto de pertença, preocupa-se com os resultados da educação do país ao mesmo passo que a reconhecem como uma alavanca social capaz de transformar o contexto desigual da sociedade. Há uma concordância quanto à necessidade

Consensos, variações e ancoragens nas representações sociais de trabalho docente na Educação Superior de melhorias na educação e de realização de um trabalho competente e qualificado por parte dos professores para a formação humana, cidadã e intelectual dos estudantes.

É importante salientar que os consensos de uma representação social construídos no grupo ocorrem segundo Doise e Moscovici (1991) quando se sublinham os fatores que favorecem o consenso. Como vimos, nesta categoria, há um compartilhamento dos grupos em relação à desqualificação da educação brasileira que é fortalecido pelas políticas educacionais que buscam alternativas para garantir qualidade social e dos meios de comunicação que difundem/divulgam a situação. Por sua vez, a comunicação exerce forte influencia na produção de representações sociais e de consensos.

Assim, o grupo investigado se assemelha pela categoria profissional e pelo nível de ensino em que atua, o que lhe confere uma identidade coletiva e socialmente partilhada, acentuada através da informação, comunicação e do próprio meio científico que tem travado discussões constantes sobre a necessária qualificação da educação brasileira e sobre a valorização do seu papel social na transformação da sociedade. Assim, também, os sindicatos e movimentos da categoria têm lutado incansavelmente por valorização profissional e melhores condições de trabalho para os profissionais da educação.

Na terceira categoria, ação complexa e articulada são destacadas as ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão desenvolvidas pelas instituições. Trata-se da docência ampliada, para além das tarefas de ensino. Cumpre esclarecer que nesta categoria temos prioritariamente respostas de professores que atuam em instituições públicas, pois são estes que têm assumido simultaneamente essas atividades. O acúmulo dessas atividades também está associado ao regime de trabalho do professor que nessas instituições, em geral, atua em regime de dedicação exclusiva, além de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é requerida apenas para universidades e não para faculdades. Respondeu um participante: “É um trabalho que se constitui de quatro ações atualmente: ensino, pesquisa, extensão e gestão”. (IES PÚBLICA)

A docência é entendida de maneira ampliada e enquanto ação articulada. Contudo, de acordo com Zabalza (2004) o ensino é a mais importante das funções, pois concentra a tarefa formativa da universidade. Porém, a última fala nos mostra que, o número de aulas é menor, tendo em vista a dedicação e o envolvimento com projetos de pesquisa e extensão. Ademais, sabemos que a universidade como campo científico valoriza mais as atividades de pesquisa do que as atividades de ensino e/ou extensão. Isto porque é através da pesquisa

que se conquista a autoridade científica, que como explica Bourdieu (2003) é uma espécie particular de capital social que assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo, e, que pode ser reconvertido em outras espécies de capital. Vejamos a resposta de uma professora sobre as atividades de ensino e pesquisa:

Acho que ser professor, ou seja, dar aulas, e ser pesquisador são atividades diferentes e nem sempre se tem vocação para ambas. O que não quer dizer que o professor tenha que estar afastado da pesquisa, mas é diferente "ter que produzir" pesquisa. Por outro lado, aquele que ingressa na docência da Educação Superior porque tem vocação para a pesquisa se vê "obrigado a dar aulas", e ele o faz, mas sem o devido envolvimento e dedicação. Acho que a profissão requer o ensino e a pesquisa, mas a forma ou a medida como é colocada ainda não é satisfatória. (IES PÚBLICA)

A professora afirma que as atividades de ensino e pesquisa são diferentes e que nem todos os professores se identificam com estas duas atividades. Com sua fala a professora não quer negar a importância de uma atividade em detrimento da outra, mas, quer questionar a maneira como isso é imposto ao exercício docente.

Nessa categoria também se evidenciam elementos como a competência política e pedagógica, a capacidade de relacionar conhecimento e sociedade, de ser criativo, estudioso, reflexivo, crítico, de relacionar-se bem, ser ético e ter capacidade de planejar e avaliar de modo coerente. Trata-se do entendimento da docência ampliada.

Como vimos os docentes não apresentaram uma definição precisa ou clara sobre o trabalho. Eles o definem de forma complexa e multidimensional, ou seja, coexistem muitas dimensões que se articulam o que torna complexa sua delimitação específica. Nesse sentido, Schwartz (2011, p. 20) nos diz que “[...] o ‘trabalho’ é ao mesmo tempo uma evidência viva e uma noção que escapa a toda definição simples e unívoca”. Para ele o trabalho é uma realidade enigmática. Portanto, uma definição clara do trabalho será sempre um problema.

As últimas questões dirigidas aos professores indagavam sobre os principais desafios que as IES e professores enfrentam na atualidade. Identificamos diferenças em relação a esses desafios. No que se refere aos desafios enfrentados pelas IES públicas e pelos professores na realização de seu trabalho, identificamos: a) políticas de financiamento, infraestrutura e condições de trabalho; b) renovação das políticas e práticas pedagógicas.

Sobre políticas de financiamento, infraestrutura e condições de trabalho, identificamos o registro das dificuldades decorrentes dos cortes de verbas de

Consensos, variações e ancoragens nas representações sociais de trabalho docente na Educação Superior

financiamento, a infraestrutura precária das universidades, além da intensificação e precarização do trabalho docente devido ao acúmulo de atividades e ao pouco tempo dos profissionais para cuidar da saúde. Sobre os cortes de verbas realizados pelo governo e impulsionados pela crise econômica que assola o país no momento presente, os professores assim se posicionam:

Baixo fomento financeiro para desenvolver pesquisas e extensão, internet de banda larga Wi-Fi em toda a universidade. (IES PÚBLICA)

Redução nos recursos para manutenção da qualidade. Precarização do trabalho do docente, por excesso de atribuições, o que impede também a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. (IES PÚBLICA)

Os posicionamentos assumidos pelos professores em relação aos cortes de financiamento público revelam as dificuldades das instituições para manterem os serviços prestados e garantirem a qualidade destes serviços, tais como: restrições financeiras para participação em eventos, composição de bancas de avaliadores externos e financiamentos para pesquisas e projetos. A política de cotas também se revela como um desafio na perspectiva do grupo pesquisado, já que muitos estudantes “optam” por cursos com os quais não se identificam, matriculando-se apenas para ter acesso à Educação Superior e à obtenção de um diploma. Discordamos do grupo sobre esse aspecto por considerarmos que a política de cotas representa justiça social com um grupo que permaneceu por muito tempo à margem da educação superior. Entretanto, no limite deste artigo, não discutiremos tal questão.

A escassez de recursos básicos como energia, papel, tinta, entre outros, na maioria das vezes indisponíveis, implica em improdutividade, fazendo com que o professor acumule as atividades e as desenvolva nos momentos de descanso, fora do seu expediente de trabalho, precarizando e intensificando ainda mais o seu exercício profissional.

Os professores sentem-se sobrecarregados e apresentam dificuldades para gerenciamento do tempo dedicado às atividades profissionais. Alguns parecem inclusive apresentar sinais de exaustão. Vejamos a seguir:

Conciliar o tempo dedicado às atividades de ensino, pesquisa e gestão com a exigência de atualização constante que a política educacional exige e com a exigência de produtividade. É uma roda viva e a sensação muitas vezes é de impotência para dar conta de tantas demandas. (IES PÚBLICA)

De acordo com Batista e Codo (2006) o próprio professor pode se sentir incompetente a medida que se sente impotente para resolver os problemas que se

apresentam no trabalho. Essa autoatribuição de incompetência se produz na realidade do trabalho e afeta, sobretudo, a identidade da trabalhadora. Nesse caso, destacamos que a identidade de gênero é de grande importância para a análise porque foi o que levou essas profissionais a considerarem a influência, a importância e o caráter dos reconhecimentos e recompensas materiais e simbólicas obtidas pelo trabalho realizado por elas. As lutas das mulheres pelos seus direitos, as mudanças na composição familiar, devido à possibilidade das mulheres se sustentarem com seu próprio trabalho, o casamento assumido como opção e não como um destino de sobrevivência, as crises econômicas, entre outros, influenciam cada vez mais a corrida pelo mercado de trabalho. Nesse sentido, a identidade feminina tradicional e a identidade feminina moderna, coexistem num espaço de transição e crise. Então, pressupomos que as demandas profissionais e pessoais acumuladas provocam sofrimento.

Sobre renovação das políticas e práticas pedagógicas destacamos a necessidade de mudança da instituição superior, de modo a acompanhar o ritmo de mudanças que vem sofrendo a sociedade. De acordo com as respostas, as mudanças são mais que infraestruturais e físicas, dizem respeito ao modo de pensar sua função social, seu funcionamento, organização e cultura institucional política, pedagógica e administrativa.

As IES encastelaram-se ficando como referência a "comunidade acadêmica" adotando o princípio da competição entre organizações. 2) Regras e funcionamento que não se adaptaram à ampliação recente do número de estudantes. 3) Egos inflados (uma tradição da academia) que no contexto da adoção do paradigma da competição geram um ambiente pouco cooperativo. 4) Defesa corporativa de privilégios e busca de cargos para assegurar pequenos poderes. (IES PÚBLICA)

[...] universalização com qualidade e justiça do Ensino Superior que no Brasil ainda é um compromisso moral e não um direito, sendo ofertado mais como serviço pela rede privada de cunho mercantilista do que como um direito assegurado pela universidade pública. [...] necessidade de equalizar as três funções da Educação Superior: ensino, pesquisa e extensão como um grande desafio. [...] superar as disparidades regionais no financiamento da educação [...] a falta de uma política de valorização dos professores no que se refere a salários justos e às condições de trabalho. (IES PÚBLICA)

Destacamos a importância de se repensar as políticas educacionais, a valorização de uma atividade em detrimento de outra, as relações e disputas de poder vividas no campo acadêmico-científico, a falta de cooperatividade entre os docentes e o corporativismo, que

concede certos privilégios políticos, além dos tradicionais “egos inflados” dos docentes. A esse respeito, Bourdieu (1983, p. 126) nos explica que,

É o campo científico, enquanto lugar de luta política pela dominação científica, que designa a cada pesquisador, em função da posição que ele ocupa, seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas que, pelo fato de se definirem expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas.

Conforme o autor, no campo científico existe estratégias políticas e científicas em jogo na disputa pelo poder, expressas pelo sistema de posições ocupadas pelos participantes do jogo. Essas estratégias fazem parte de uma cultura tradicionalmente instalada e valorizada no grupo.

A educação nos moldes neoliberais visa o treinamento de pessoas para serem competentes no que fazem, dentro de uma gestão que utiliza mecanismos de controle e avaliação de resultados para atender a imperativos econômicos e técnicos conforme pontua Libâneo (2008). Oferecer qualidade social nas instituições educativas significa, portanto, dar aos estudantes o direito de acesso a uma universidade pública, gratuita e de qualidade, ampliando as capacidades cognitivas, operativas e sociais, e oportunizando inclusão social independente de cor, raça, classe social, gênero, inter-relacionando qualidade formal e política.

Quanto às renovações nas práticas pedagógicas, em suas respostas, os professores enfatizam a necessária redefinição das práticas tradicionalmente arraigadas.

As questões ligadas às inovações no campo tecnológico sempre se apresentam como desafio, na maneira de integrá-lo ao desenvolvimento do trabalho como ferramenta democratizada e que colabore com a aprendizagem e com o desempenho do trabalho. (IES PÚBLICA)

Há um novo perfil discente que precisa ser levado em consideração e que exige dos docentes novas estratégias e dinâmicas de trabalho, admitindo que o papel do professor como transmissor de conhecimentos está ultrapassado. Ademais, foi destacada a necessidade de inovações no campo tecnológico.

Quanto aos desafios às IES privadas e ao trabalho docente de seus profissionais, ganhou destaque nas respostas o perfil do aluno. Sobre esse perfil os participantes da pesquisa chamam a atenção para os “novos alunos” que têm ingressado nessas instituições de Educação Superior.

As dificuldades de leitura e interpretação de texto apresentadas por grande maioria dos/das estudantes, salas de aula superlotadas, estudantes não comprometidos com sua aprendizagem e a precarização do meu trabalho enquanto docente. (IES PARTICULAR).

O baixo nível de instrução formal dos estudantes que acessam o nível superior, a falta de interesse, as dificuldades para com a leitura e compreensão de textos, realização de trabalhos e pesquisas que requeiram análise crítica são os maiores desafios, segundo os professores das instituições privadas. Estes desafios têm afetado também os professores das instituições públicas do país. Para Batista e Codo (2006, p. 61) a atividade de ensino exige do educador o estabelecimento de um vínculo afetivo e emocional com o objeto do seu trabalho: o aluno, nesse caso, sujeito e objeto. Observamos que a vivência dessa afetividade é interdita à medida que a “interferência” do educador sobre o educando nunca pode ser completa, instalando a possibilidade inquietante de perda de controle sobre o produto do trabalho e sobre a sua competência profissional. Se o educador se sente incapaz de trabalhar ou desenvolver de maneira satisfatória o planejamento e não consegue ter certo controle sobre o produto do seu trabalho, isso lhe causa um sentimento frustrante que coloca à prova sua competência profissional.

Outros desafios enfrentados pelas IES privadas, segundo os professores, são: manter a qualidade, comprometimento, motivação dos alunos, promover situações que envolvam os alunos estimulando sua participação nas aulas, pressão para publicação, demanda de tarefas, escassez de verbas para pesquisa, isolamento das áreas de conhecimento, fragmentação curricular, problemas com a gestão de pessoas, falta de entrosamento entre os docentes, problemas de comunicação entre setores internos, fragilidade nas condições de trabalho, evasão de alunos, concorrências entre instituições, ausência de autonomia, autoritarismo, dificuldades em articular as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vejamos algumas das respostas nas quais são identificados os desafios:

1) Fragilidade na oferta de satisfatórias condições de trabalho para seus docentes; 2) O despreparo dos estudantes em relação às exigências da vida acadêmica (especificamente, ensino anterior com muitas lacunas); 3) As condições socioeconômicas dos estudantes (por exemplo, tendo que conciliar estudo com trabalho remunerado). (IES PARTICULAR).

Como vimos, a maioria dos estudantes das instituições privadas trabalha e frequenta o turno noturno, logo, esses estudantes chegam cansados em sala. Por isso, a preocupação

Consensos, variações e ancoragens nas representações sociais de trabalho docente na Educação Superior

dos professores em dinamizar as aulas para motivá-los e superar e minimizar a evasão. Os professores também destacam a expansão das instituições privadas como um desafio às IES tradicionais da região e questionam a qualidade dos cursos oferecidos. Segundo os docentes, os estudantes são atraídos pelos preços e facilidades e pela possibilidade de aliar tudo isso a um ensino à distância, evitando gastos com deslocamentos.

*Um ensino básico com sérias fragilidades e o grande número de IES no mercado sem o mínimo de qualidade na oferta de seus cursos, notoriamente àqueles oferecidos à distância. (IES PARTICULAR).
A aparição de instituições com qualidade inferior e que atraem por seus preços e facilidades. (IES PARTICULAR).*

Outro destaque foi dado à relação autoritária das instituições, ao clima de insegurança e à ausência de autonomia nas tomadas de decisão. Os professores demonstram que se sentem pouco à vontade para criar e inovar, uma vez que estão submetidos a uma lógica autoritária que não lhes garante autonomia, mas adesão e submissão ao já instituído. Detectamos pelas respostas que, embora satisfeitos com o trabalho que desenvolvem, os docentes se sentem pressionados a mostrar resultados.

Depreendemos da análise dos dados que a ancoragem das representações sociais está voltada ao domínio do fazer. Logo, identificamos o ensino como função primeira e a necessidade de estabelecimento de uma relação de proximidade, respeito, dinamicidade e amorosidade com os estudantes. Observamos que a objetivação corresponde ao domínio do ser quando os professores afirmam que o trabalho docente na Educação Superior é um trabalho socialmente relevante e desafiador. Embora encontremos algumas ambiguidades é consenso no grupo à contribuição do professor para a formação do outro e para a sociedade em geral. Do ponto de vista das variações verificamos que a docência ampliada ganha mais força nos discursos dos professores de instituições públicas.

Conforme Doise (2002) através dos processos intergrupais as posições que os indivíduos ocupam nas relações sociais modulam os processos, organizam as experiências das pessoas com o meio e buscam os princípios explicativos típicos das dinâmicas sociais, nos sistemas de interação.

Outro aspecto que revela a variação nos grupos diz respeito aos desafios às instituições e ao trabalho dos professores. Conforme indicamos, nas instituições públicas os desafios comuns são a política de financiamento, estrutura e condições de trabalho e a necessidade de renovação das políticas e práticas docentes. Nas instituições privadas, o

maior desafio diz respeito ao perfil do aluno, suas dificuldades em relação à leitura, compreensão, escrita de textos e desinteresse para com as atividades.

Considerações finais

O pressuposto de que as representações dos sujeitos poderiam variar em função de seus grupos de pertença foi confirmado. As ambiguidades decorrentes das definições de trabalho docente indicam que as mudanças no cenário da educação superior e a conjuntura política brasileira têm afetado as representações de professores. Os docentes compartilham a compreensão de que o trabalho docente é uma atividade técnica e socialmente relevante, a mais importante das atividades que realizam. Como variações constatamos que a docência ampliada, ganha mais força nas respostas dos professores de instituições públicas. Os desafios enfrentados também se diferenciam entre os grupos de cada instituição.

A ancoragem das representações sociais centra-se no domínio do fazer, no ensino como tarefa formativa. Os docentes enfatizam que o ensinar está pautado no estabelecimento de uma relação de proximidade, respeito, dinamicidade e amorosidade com os estudantes. Com base nos resultados da investigação e contrariando a perspectiva ampliada do trabalho docente na Educação Superior que articula de maneira indissociável as atividades de ensino, pesquisa e extensão, concluímos que as representações sociais de trabalho docente na Educação Superior tem sua centralidade no ensino.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, LDA, 2010.

BATISTA, Analía Soria; CODO, Wanderley. Crise de identidade e sofrimento. CODO, W. (org.). In: **Educação, carinho e trabalho**. 4ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 60-88, 2006.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: **Pierre Bourdieu**. (org. Renato Ortiz) Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo. Ed. Ática, p.123-155,1983.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades do campo. **Questões de sociologia**. Fim de século Edições, Lisboa, 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 292 p., 1988.

DOISE, Willem. Da psicologia social à psicologia societal. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Jan./abr., v. 18, n. 1, p. 27-35. 2002.

DOISE, Willem; MOSCOVICI, Serge. **Dissensões e consenso: uma teoria geral das decisões coletivas.** Tradução Maria Fernanda Jesuino. Lisboa: Livros Horizontes LDA, 1991.

DUARTE, Adriana. A produção acadêmica sobre trabalho docente na Educação Superior no Brasil: 1987-2007, **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Editora UFPR.n. especial 1, p. 101-117, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GRISCI, Carmem Ligia Iochins; LAZZAROTO, Gislei Romanzini. Psicologia social do trabalho. In: STREY, Marlene Neves (org.). **Psicologia social contemporânea.** 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MASETTO, Marcos T. **Docência na Universidade.** São Paulo: Papirus, 1998.

SCHWARTZ, Yves. Intervenção, experiência e produção de saberes. **Revista Serviço Social & Saúde.** UNICAMP Campinas, v. X, n. 12, Dez. 2011

SORATTO, Lúcia; OLIVIER-HECKLER, Cristiane. Os trabalhadores e seu trabalho. In: CODO, Wanderley. **Educação, carinho e trabalho.** 4ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 89-110, 2006.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TORRES, Ana Raquel Rosas; CAMINO, Leoncio. Grupos sociais, relações intergrupais e identidade social. CAMINO, L. (org.) In: **Psicologia social: temas e teorias.** 2 ed. Revista e ampliada. Brasília, DF: Technopolitik, p. 515-540, 2013.

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

Sobre as autoras

Mônica Patrícia da Silva Sales

Doutora em Educação, Professora Adjunta A - Setor de Didática e Práticas de Ensino. Centro de Educação – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

E-mail: monica.sales@cedu.ufal.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8626-2102>

Laêda Bezerra Machado

Doutora em Educação, Professora Associado 4 - do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação - Centro de Educação – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Linha de pesquisa: Formação de professores e prática pedagógica. Bolsista de produtividade em Pesquisa pelo CNPq. E-mail: laedao1@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9524-0319>

Recebido em: 26/11/2019

Aceito para publicação em: 05/01/2020